



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE DIREITO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
DIREITOS FUNDAMENTAIS, HERMENÊUTICA
E TUTELA CONSTITUCIONAL**

CRUZ ALTA/RS
2020

1. NOME DO CURSO

Especialização em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional

2. ÁREA DO CONHECIMENTO

Ciências Sociais Aplicadas

3. CENTRO DE ENSINO E CURSO

- Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS
- Curso de Direito

4. RESPONSÁVEL

- Tiago Anderson Brutti

5. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

- **Tiago Anderson Brutti**

Titulação completa: Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ (2014) e pós-doutor em Filosofia pela UNIOESTE (2018)

Experiência acadêmica e profissional: professor universitário desde 2009; atualmente integra o quadro permanente de docentes do Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da UNICRUZ

Endereço: Rua Farroupilha, 390, apto. 101, Bairro São Miguel, CEP 98025-020, Cruz Alta-RS

E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br; Telefone para contato: (55)9.8121-7208

- **Raquel Buzatti Souto**

Titulação completa: Mestra em Desenvolvimento Social pela UNIJUÍ

Experiência acadêmica e profissional: professora universitária desde 2006; foi coordenadora do Curso de Direito no período de 2008 a 2013; atualmente é professora no Curso de Direito da UNICRUZ e coordenadora do Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ.

Endereço: Rua Valentin de Vit, 17, casa 50, Residencial Pinheiros, CEP 98010-490, Cruz Alta-RS

E-mail: rsouto@unicruz.edu.br; Telefone para contato: (55)9.9142-7787

6. LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

- Coordenação e Biblioteca: **Campus da UNICRUZ**, situado na Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5,6, Parada Benito, Cruz Alta-RS, CEP 98005-972, telefone (55)3321-1500

- Aulas quinzenais presenciais aos sábados: **Campus da UNICRUZ**, situado na Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5,6, Parada Benito, Cruz Alta-RS, CEP 98005-972, telefone (55)3321-1500

7. INSCRIÇÕES

Início: **25/10/2019**

Término: **06/03/2020**

Horário e local: a qualquer momento por meio da **página oficial da UNICRUZ**
(www.unicruz.edu.br)

Período de seleção: **de 06/03/2020 a 07/03/2020**

Critérios para a seleção: **análise da documentação**

Divulgação dos resultados: **07/03/2020** (por correio eletrônico e na página da UNICRUZ)

Local das aulas: **Campus da UNICRUZ**, situado na Rodovia Municipal Jacob Della Méa, km 5,6, Parada Benito, Cruz Alta-RS, CEP 98005-972, telefone (55)3321-1500

Matrícula: **de 06/03/2020 a 13/03/2020**, no campus da UNICRUZ (Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5,6, Parada Benito, Cruz Alta-RS)

8. JUSTIFICATIVA

O Curso de Especialização em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional busca proporcionar uma formação aprofundada aos pesquisadores e profissionais atuantes nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, particularmente do Direito, a fim de favorecer a compreensão de conhecimentos práticos e teóricos, a reflexão sobre o mundo social e suas atuais configurações e circunstâncias, e a tematização de problemas-chave estudados ou enfrentados nesses campos de atuação acadêmica e profissional. Visa-se, com isso, a atualização e o aperfeiçoamento, a qualificação para a docência, a capacitação para pesquisas de mestrado e de doutorado, e o preparo para exames e concursos,

acompanhando as tendências e as modificações exigidas pela dinâmica da realidade social na atualidade.

No que respeita aos temas centrais da Especialização, cabe destacar que a questão dos Direitos Fundamentais constitui uma conquista social e um paradigma para a área jurídica, elevando à condição de constitucionais, inegociáveis e imprescritíveis, as cláusulas de direitos humanos - incluindo os direitos individuais e os direitos sociais; que a hermenêutica filosófica e a arte de interpretar e aplicar o Direito à luz da Constituição representam compreensões e atividades dignas de serem reconhecidas e efetivadas no âmbito das sociedades contemporâneas; e que a tutela constitucional é tanto um tema de estudo quanto uma ação de interpretar e aplicar efetivando a Constituição diante das prementes exigências sociais. Essas proposições e práticas se firmam mundialmente em muitas repúblicas e monarquias constitucionais como formas mais elevadas de civilidade e de convivialidade comum.

A hermenêutica instiga a refletir sobre as implicações do “giro linguístico” na teoria do conhecimento e a descrever o repertório narrativo e argumentativo de textos referenciais da filosofia da linguagem, a partir de autores tais como Heidegger, Gadamer e Ricoeur, com o propósito de compreender que é a linguagem que permite a compreensão; de expor a precariedade e a falibilidade de qualquer iniciativa destinada a descrever a totalidade dos eventos que no curso do tempo nos afetam; e de pensar sobre o distanciamento característico do texto, seja em relação ao seu próprio autor, seja em relação aos leitores que, interpelados diante do texto, passam a interpretá-lo. Enfatiza-se que é importante estabelecer no estudo da hermenêutica um conjunto orientador ou de parâmetros para que se possa entender uma linguagem jurídica. A hermenêutica é uma verdade que se estabelece dentro das condições humanas do discurso e da linguagem.

Parte-se da perspectiva de que o mundo não está dado, que é preciso interpretá-lo por intermédio da relação, da “conversa” entre os sujeitos, na abertura aos diferentes “eus” que comparecem na definição deste mundo. A autonomia e a racionalidade humana, conquistas fundamentais da modernidade, deverão ser garantidas, mas não mais de forma autorreferenciada. Toma-se a linguagem como pressuposto. Os sujeitos, nesse sentido, encontram-se num processo constante de constituição do mundo humano por meio da conversação

sempre aberta com o outro. A verdade se manifesta na linguagem, na palavra, que é sempre interpretação, e interpretação aberta e inacabada, num encontro de palavras em contextos.

Há uma expressiva demanda por atualização e por aperfeiçoamento advinda dos egressos do Curso de Direito e dos profissionais dessa área. Muitos interessados, no entanto, são oriundos de outros campos das Ciências Sociais e das Ciências Humanas. Considerando essa procura, a Especialização busca capacitar o jurista e o profissional que pesquisa e trabalha com a questão social para o enfrentamento dos problemas substanciais e formais surgidos com as circunstâncias atuais, com a doutrina, com as mudanças de hábitos, com as leis e as novas tecnologias, e com as últimas interpretações do Supremo Tribunal Federal em torno dos Direitos Fundamentais, da hermenêutica constitucional e da aplicação dos Tratados internacionais de Direitos Humanos frente ao Direito Interno.

A ideia do Curso de Especialização é abordar questões práticas e teóricas relevantes na atualidade para a intelectualidade e para o exercício profissional, bem como discutir as principais teorias e os debates que se travam nos tribunais desde a Constituição de 1988, buscando proporcionar aos alunos o prazer da investigação, o aprofundamento de seu conhecimento em torno de temas de primeira grandeza para o Estado Democrático de Direito, bem como a crítica aos sistemas sociais, aos modos de produção e à naturalização dos fatos e das múltiplas interpretações.

O roteiro de estudos programado para a Especialização inclui a análise de medidas práticas tais como o mandado de segurança, o mandado de injunção, com as modificações trazidas pela Lei nº 13.300, de 2016, a ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade, a ação civil pública, a ação popular, o habeas data e o habeas corpus, bem como a discussão, dentre outras questões de nosso tempo no Brasil, sobre a constitucionalidade e o protagonismo político dos movimentos sociais, seja em favor ou não aos direitos dos cidadãos mais vulneráveis socialmente, levando-se em consideração o contexto de uma sociedade complexa e de risco forjada no colonialismo europeu, de uma sociedade excitada e em rede, em tempos de modernidade líquida.

Ademais, compreende-se que é necessário desconstruir a “velha” dicotomia dogmático-positivista que subdivide o Direito em público e privado, ainda

insistentemente abordada nos cursos de graduação. Os âmbitos do público e do privado são compreendidos como complementares no domínio do Direito. Deveras, o que é público não se esgota no interesse estatal e o que é privado não encerra seu sentido apenas em interesses particulares. A Constituição Federal de 1988 demonstra um perfil solidarista e intervencionista, atendendo em parte às pressões sociais por mecanismos capazes de ampliar as possibilidades de promover a interdependência entre a felicidade individual e a felicidade pública. Trata-se de uma Constituição proposicional e, como tal, deve orientar para a efetividade de suas promessas constituintes.

Admitindo-se a supremacia da Constituição Federal Brasileira por toda a extensão do território nacional, advoga-se que as apostas político-jurídicas nela inscritas exigem uma interpretação das regras civis, penais e militares à luz do Direito Constitucional. Por essa via, importa à atividade jurídica, sobretudo, refletir a respeito dos princípios e dos valores “legitimadores” do Direito, o que implica reconhecê-los e efetivá-los tendo em vista as prementes exigências sociais. Tal compreensão favorece os propósitos de perpetuar a forma de governo republicana e o regime político democrático, bem como de concretizar continuamente suas premissas constitutivas: a liberdade política e a igualdade social.

9. OBJETIVOS

9.1 Geral

Capacitar os pesquisadores e os profissionais atuantes nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, particularmente do Direito, para a abordagem e o enfrentamento das questões substanciais e formais surgidas com teses doutrinárias e jurisprudenciais envolvendo os Direitos Fundamentais e a interpretação da Constituição e da leis, propiciando aos alunos uma visão aprofundada das teorias jurídicas e filosóficas, e buscando agregar os novos conhecimentos àqueles já adquiridos em seus percursos formativos, objetivando a utilização destes conhecimentos no âmbito da prática profissional.

9.2 Específicos

- Desenvolver a capacidade de pesquisa e ampliar o raciocínio crítico a respeito de tópicos relevantes em torno das relações entre os Direitos Fundamentais e as diversas áreas do Direito, buscando qualificar os alunos frente aos desafios da docência no ensino básico e superior;

- Proporcionar ao jurista e ao profissional atuante nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas um espaço profícuo de atualização dos conhecimentos práticos e teóricos, de formação continuada, oportunizando o aperfeiçoamento e a geração de conhecimentos, a qualificação para a docência, a capacitação para pesquisas de mestrado e de doutorado, e o preparo para exames e concursos, acompanhando as tendências e as modificações exigidas pela dinâmica da realidade social na atualidade.

- Enriquecer o currículo acadêmico e profissional, fomentar a pesquisa e a produção acadêmica acerca de temas vinculados à filosofia da linguagem e aos Direitos Fundamentais, qualificando os alunos à prática profissional, ao ingresso em Curso de pós-graduação *stricto sensu*, à aprovação em concursos públicos e à preparação para outras opções disponíveis no mercado de trabalho.

10. CLIENTELA OU PUBLICO-ALVO

- Profissionais e pesquisadores nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, bacharéis em Direito, advogados, delegados, juízes, promotores, defensores públicos, servidores do Judiciário, assistentes sociais, administradores, contadores, jornalistas, escritores, professores, políticos, etc., com curso de graduação completo, podendo optar pela obtenção do título de especialista em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional, ou pela certificação de atualização (um módulo) ou aperfeiçoamento (dois módulos);

- Alunos do Curso de Direito ou de áreas afins, no âmbito das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, com pelo menos 90% (noventa por cento) da graduação concluída, podendo optar pela obtenção do título de especialista em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional (condicionada à conclusão da graduação em andamento no transcorrer do curso), ou pela certificação de atualização (um módulo) ou aperfeiçoamento (dois módulos);

- Interessados em pesquisa que estejam cursando a graduação nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas, com menos de 90% (noventa por cento) do curso de graduação concluído, e que desejem uma formação aprofundada de atualização (um módulo) ou de aperfeiçoamento (dois módulos) em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional, sem possibilidade de obtenção do título de especialista.

11. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade de Cruz Alta está inserida no contexto histórico da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul desde a década de 1947. Primeiro sob a forma da Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio “Cruz Alta”. A Associação iniciou suas ações como mantenedora do Curso Técnico em Contabilidade. Em 1958, a entidade passou a se denominar Associação dos Professores de Cruz Alta - APROCRUZ, constituída por faculdades isoladas. A primeira criada foi a Faculdade de Ciências Econômicas (1958) e, na sequência, vieram a de Direito (1968), a de Filosofia, Ciências e Letras (1969) e a de Educação Física (1972). A transformação dessas faculdades isoladas em uma Universidade resultou da mobilização da comunidade regional. Uma das primeiras conquistas foi a da Lei nº 7.676, de 6 de outubro de 1988, que autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz Alta. Por razões que ainda hoje não são claras para a comunidade, no mesmo ano foi instituída, através do Decreto nº 97.000, de 21 de outubro de 1988, a Universidade de Cruz Alta, sob a forma de Fundação Universidade de Cruz Alta, com personalidade jurídica de direito privado. A seguir, foram desencadeadas as ações necessárias para a efetiva instalação da universidade, que foi reconhecida pela Portaria do MEC nº 1704, de 03 de dezembro de 1993, como uma Instituição de Ensino Superior, de natureza comunitária, sem fins lucrativos. A partir desse ano, houve na Instituição uma acelerada criação de novos cursos.

A Universidade inicia sua trajetória e, em 2005, tempo em que a transição do marco regulatório da educação superior no Brasil se acelerou, em especial pela avaliação institucional trazida pelo SINAES, explodiu uma profunda crise na UNICRUZ, situação que teve como desfecho a destituição da Reitoria por intermédio da operação “Toga”. No dia 07 de novembro de 2005, os então

administradores foram afastados das funções a pedido do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, depois de decisão proferida pelo Poder Judiciário, declarando-se a suspeição e fortes indícios de gestão temerária, conforme os autos do processo nº 1.050005014-6. Na sequência foi nomeado um Administrador Judicial.

Este texto não tem como objetivo relatar a crise, mas sim demarcar o período de transição que se iniciou após a intervenção do Ministério Público, o que provocou uma profunda reestruturação institucional. A preocupação básica, naquele primeiro momento, era a sustentabilidade institucional nas dimensões econômica e social. A simbolização dessa preocupação está na missão da Universidade e nos seus objetivos para o período que se iniciou com a eleição e a posse da primeira reitoria pós-instauração da crise.

Os caminhos e descaminhos pelos quais a Instituição tem se movimentado são também pontos interessantes para a produção acadêmica que busca tratar e traçar estratégias de sustentabilidade para as instituições comunitárias, como foi o caso da UNICRUZ. Num rápido resumo do que tem sido o esforço de instituir condições de sustentabilidade para a Universidade, destaca-se que a transição está na inversão dos vícios de origem da pessoalidade, da inobservância do mérito acadêmico e da gestão amadorística. Toda a transição esteve amparada no compromisso com a sustentabilidade, com a existência, com a permanência da Universidade cuja responsabilidade é com o desenvolvimento sustentável da região que a acolhe. Pode ser uma utopia, mas é o horizonte que a faz caminhar. A UNICRUZ integra atualmente o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - COMUNG e o Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto Jacuí - COREDE Alto Jacuí.

Em março de 2009, a instituição passou por uma avaliação externa, conforme o processo e-MEC nº 20077098. Os resultados apontaram para algumas fragilidades decorrentes do período crítico vivenciado. Os anos de 2008 a 2013 permitiram avanços na reorganização institucional. Em novembro de 2011, a instituição passou por uma nova avaliação externa - processo e-MEC nº 2001103941, que resultou em avaliação satisfatória para o recredenciamento da Instituição, conforme a Portaria nº 711, de 08 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União, seção 1, de 09 de agosto de 2013.

Em 2012, houve uma nova atualização do Estatuto da Universidade de Cruz Alta, sendo alterada a estrutura institucional, passando a ser constituída por dois Centros de Ensino, sendo eles: Centro de Ciências da Saúde e Agrárias (CCSA) e Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS). Desde 2006, a Instituição trabalha com o foco de se consolidar como Universidade e, para tanto, fortaleceu as bases necessárias para a constituição da pós-graduação *stricto sensu*. Observou-se que, para contribuir efetivamente com o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico, a pós-graduação da Universidade de Cruz Alta deveria se constituir com um olhar permanente à interdisciplinaridade, bem como com os campos correlatos à área de conhecimento interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os grupos desenvolveram um longo e articulado trabalho para a constituição de propostas *stricto sensu*. A linha histórica da busca pela verticalização institucional nos últimos anos pode ser assim resumida: em 2012, foi aprovado na área interdisciplinar da CAPES o Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural (MPDR), o qual iniciou suas atividades em 2013.

No ano de 2013, dois programas acadêmicos foram aprovados, os quais iniciaram suas atividades em 2014: o Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (PPGPSDS) e o Programa de Pós-Graduação em Atenção Integral à Saúde (PPGAIS). No ano de 2017, todos os cursos passaram pela primeira avaliação quadrienal da CAPES. O MPDR e o PPGAIS mantiveram o conceito 3. O PPGPSDS ampliou seu conceito para 4.

A partir de uma demanda instituída pela Universidade de Cruz Alta, com o COMUNG, iniciou-se um movimento junto ao Governo Federal com o objetivo de obter uma solução para as dívidas fiscais que as Universidades Comunitárias apresentavam.

Esse movimento culminou com a aprovação da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, a qual instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES). Através dessa legislação foi possível para a UNICRUZ obter a regularidade fiscal a partir do pagamento de suas dívidas com bolsas de estudo.

Em 2013, o governo federal sancionou a Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, a qual estabeleceu uma terceira modalidade de Universidade no sistema de

ensino superior brasileiro: as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Assim, em 19 de dezembro de 2014, através da Portaria nº 784, publicada no D.O.U. de 22/12/2014, a Universidade de Cruz Alta foi qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior (ICES).

A partir do ano de 2014 a Universidade de Cruz Alta passou a organizar, juntamente com sua comunidade acadêmica um encontro anual para a organização do Planejamento Estratégico, momento em que a Fundação e a Reitoria definiram cinco objetivos estratégicos. Estes objetivos são balizadores para que os setores e os cursos de graduação e de pós-graduação definam suas metas e indicadores. Desde o primeiro encontro de planejamento estratégico os objetivos giraram em torno da melhoria dos processos institucionais no sentido de alcançar a excelência acadêmica e se tornar uma Universidade referência na região. O que se observa neste período é que estes objetivos vêm sendo alcançados, já que o número de alunos se ampliou de 2000 (em 2013) para mais de 3.000 no ano de 2017, embora haja flutuação nestes indicadores em razão das incertezas nas políticas educacionais, como é o caso do financiamento estudantil FIES.

A atualização permanente do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI contempla o processo de redimensionamento e de garantia de continuidade da instituição. Fundamentados nas características político-sócio-econômicas da região de inserção, nos relatórios das avaliações internas e externas, na própria dinâmica institucional e também nas políticas governamentais que criam mais condições para sanar dificuldades estruturais, além de estar encaminhando o crescimento vertical, trabalhou-se no sentido de colocar a Universidade de Cruz Alta como referência, também, nas áreas de Engenharias e Tecnológicas. Atualmente, um dos grandes desafios da Universidade é a busca pelo credenciamento para a oferta de ensino à distância, com o objetivo de se colocar frente aos paradigmas atuais da educação mundial e de se alinhar com as novas políticas da educação federal, preconizadas pelo INEP, MEC e CAPES. Todavia, a UNICRUZ está se preparando para a oferta de um ensino que não seja totalmente EaD, mas que possa articular de forma parcial um ensino presencial e a distância, o que vem se configurando como um ensino híbrido, que mescla momentos presenciais e a distância, pautado por metodologias ativas e inventivas.

Outra preocupação institucional é a busca constante pela inovação, tanto nos processos de gestão como nos processos acadêmicos, com a implantação de novas tecnologias e espaços para que os acadêmicos possam vivenciar esses processos em sua formação.

12. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O Curso de Especialização em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional busca atender aos egressos do Curso de Direito, bem como aos pesquisadores e aos profissionais no domínio das Ciências Sociais e das Ciências Humanas em seu interesse e expectativa de aprofundar o conhecimento e a reflexão em torno dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, da questão da interpretação sistemática do Direito, da filosofia da linguagem, da hermenêutica filosófica e jurídica, e das ações constitucionais.

No âmbito da formação continuada, o Curso de Direito da UNICRUZ, que comemora em 2019 seus 50 anos, já ofereceu Pós-Graduação em diversas áreas. O Curso de Especialização em Direito Civil e Direito Processual Civil, por exemplo, foi oferecido em cinco edições desde o ano de 2004. Ofertaram-se, também, ao longo da história do Curso, especializações em Direito Ambiental; em Direito Notarial e Registral; em “Direito no Terceiro Milênio: Práticas Jurídicas e Cidadania”; em Direito, nas áreas de concentração de Direito Penal, Direito Civil e Direito Processual Civil; em Direito Público; e em Práticas Jurídicas e Cidadania. Além disso, entre 2000 e 2003, foi oferecido um Mestrado em Direito em convênio com a UNISINOS (Minter).

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UNICRUZ concebe a realidade local e regional enquanto construção social, política, econômica e cultural, coadunando-se, dessa forma, com o perfil da Universidade de Cruz Alta, de natureza comunitária e com características filantrópicas, voltada à prestação de serviços públicos de interesse coletivo. O Curso tem buscado observar os indicativos das Diretrizes Curriculares Nacionais e os critérios e propósitos do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNICRUZ.

Sublinhe-se que o Curso de Especialização em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional objetiva a qualificação do profissional e do pesquisador para interagir na sociedade de forma crítica, solidária e responsável.

Para tanto, com a mediação do seu corpo docente e a de ilustres professores de outras instituições, o Curso se respalda em padrões de ensino que permitam responder e formular novas perguntas diante dos problemas centrais de uma sociedade em constante mudança.

A fim de articular critérios e propósitos compartilhados pelo Curso de Direito com a Universidade - cuja missão é produzir e socializar conhecimentos qualificados pela sólida base científica, tecnológica e humanística, capaz de contribuir com a formação de cidadãos críticos, éticos, solidários e comprometidos com o desenvolvimento sustentável - este Projeto Pedagógico busca vincular as ações nele previstas a um processo interdisciplinar comprometido com a formação profissional de cidadãos que devem atuar como protagonistas e multiplicadores desse compromisso social.

É no horizonte dessa experiência em formação continuada e das justificativas destacadas para este projeto que o Curso de Especialização em Direitos Fundamentais, Hermenêutica e Tutela Constitucional se orienta por valores que resguardam a primazia da dignidade da pessoa humana sobre as coisas e os interesses materiais, reconhecendo a justiça social como uma meta permanente, e apostando numa liberdade responsável, bem como na possibilidade de se garantir um estado de bem-estar comum.

A Especialização será organizada em três módulos. O módulo I corresponde às disciplinas gerais nas áreas do Direito, da Filosofia e da Linguística, além das atividades de orientação do trabalho de conclusão de curso, totalizando 108 horas/aula. O módulo II diz respeito às teorias da Constituição, ao Direito Constitucional Brasileiro e à teoria dos Direitos Fundamentais, totalizando 116 horas/aula. O módulo III, por fim, trata da aplicação do Direito Constitucional e da interpretação das leis nas seguintes áreas do Direito: civil, processual civil, penal, processual penal, tributário, ambiental, administrativo, trabalhista, previdenciário e eleitoral. Ao lado disso, o último módulo explora o processo constitucional, as ações constitucionais e a prática profissional nessas áreas, totalizando 136 horas/aula.

A ideia é oferecer uma formação continuada diferenciada, com professores pesquisadores nas temáticas das disciplinas, enfatizando a força normativa

constitucional e a interpretação à luz da Constituição, mantendo-se um olhar crítico em relação às leis, às instituições e às decisões judiciais.

Nessa senda, embora ainda marcado pelos ditames da dogmática jurídica, o Curso de Direito da UNICRUZ aos poucos vai se rearticulando no sentido de combinar com esta os pressupostos e fundamentos da Teoria Crítica do Direito, compreendida como uma forma de investigação jurídica que, dialeticamente, consubstancia-se na tentativa de aproximação ao real concreto, rompendo, paulatinamente, com o caráter estático do saber teórico acumulado.

De outra parte, concebe-se que revisitar as tradições do jusnaturalismo, do realismo, do positivismo e da hermenêutica jurídica é um requisito para que se fomente entre os pesquisadores o pluralismo teórico, que se funda no fato da pluralidade humana e na possibilidade de se configurar uma república que assegure aos cidadãos o direito de conhecer e, também, de criticar as leis, as decisões judiciais e as deliberações políticas. O ensino dos textos jurídicos e dos motivos apontados para as diversas regras pode estimular o espírito público e a capacidade crítica dos indivíduos no horizonte de uma compreensão compartilhada de república e de cidadania, mas pode, também, por outro lado, tornar-se prejudicial à sociedade se não considerar as leis um fato estabelecido pelo Estado, a que todos os cidadãos devem respeitar, ou se elas forem ensinadas como uma doutrina conforme os princípios de uma razão pretensamente universal ou de uma religião, suscitando em seu favor um entusiasmo cego que torna os cidadãos incapazes de julgá-las.

O princípio republicano da revisibilidade das leis recomenda que as partes delas justificadamente consideradas defeituosas sejam modificadas pacificamente. As leis não devem ser pretendidas eternas ao não preverem os meios de mudar disposições que deixem de se harmonizar com o estado da sociedade. O Estado deve permitir, inclusive, discussões discordantes das leis, justamente porque um dos propósitos das instituições políticas e educacionais republicanas é aperfeiçoar essas leis de modo contínuo através da confrontação de opiniões. As leis não devem, pois, descansar em bases inflexíveis, ou seja, não devem estar fundadas exclusivamente na dogmática jurídica.

Este programa de Especialização comporta 35 (trinta e cinco) vagas na presente edição. Recomenda-se que os trabalhos de conclusão de curso sejam

alinhados aos dois eixos das pesquisas produzidas pelo quadro docente da UNICRUZ no âmbito do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos - GPJur/UNICRUZ, quais sejam:

- 1) República, Estado e Sociedade Contemporânea;
- 2) Constituição, Processo e Democracia.

A linha 1 busca analisar temas relativos à organização do Estado Democrático de Direito; às formas de governo e aos modos de exercício de poder; aos direitos fundamentais dos cidadãos e aos novos direitos; aos desafios práticos postos às sociedades contemporâneas; aos movimentos sociais e às teorias constitucionais.

A linha 2, por sua vez, consiste no estudo crítico da sociedade complexa frente aos sistemas jurídicos e na análise hermenêutico-filosófica das demandas jurisdicionais e políticas do Estado constitucional.

13. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E CARGA HORÁRIA

Tiago Anderson Brutti, 4 horas semanais

14. CARGA HORÁRIA DO CURSO: 360 horas (50% presencial e 50% a distância)

15. PERÍODO E PERIODICIDADE

Duração do Curso: **18 meses**

Início: **março de 2020**

Fim: **agosto de 2021**

Carga horária por turno: **4 h/a pela manhã**

Periodicidade, início e fim de cada turno: **quinzenalmente, nos sábados pela manhã e à tarde (das 8h30min às 12h30min e das 14h às 17h30min); as atividades a distância serão disponibilizadas quinzenalmente, nos sábados subsequentes aos das aulas presenciais.**

16. DISCIPLINAS E EMENTÁRIOS

MÓDULO I - DISCIPLINAS GERAIS

1) Formação para o uso do sistema de educação a distância - 8 h/a - Prof. Me. Rodrigo Luiz Antoniazzi (UNICRUZ) e Prof. Ma. Patrícia Mariotto Mozzaquatro Chicon (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD, 50% presencial

2) Metodologia da pesquisa nas ciências sociais e humanas - 8 h/a - Prof. Dr. Fábio César Junges (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD, 50% presencial

3) Docência na educação contemporânea - 16 h/a - Profa. Dra. Sirlei de Lourdes Lauxen (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

4) Hermenêutica filosófica e filosofia hermenêutica - 8 h/a - Prof. Dr. Fábio César Junges (UNICRUZ) e Profa. Dra. Vanessa Steigleder Neubauer (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

5) Filosofia da linguagem e perspectiva pós-metafísica - 8 h/a - Prof. Dr. Paulo Evaldo Fensterseifer (UNIJUÍ) e Prof. Dr. José Pedro Boufleuer (UNIJUÍ).

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

6) Elementos da análise do discurso - 8 h/a - Profa. Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles (UNICRUZ) e Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

7) Direito e literatura - 8 h/a - Profa. Dra. Carla Rosane Tavares Alves (UNICRUZ) e Prof. Dr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth (UNIJUÍ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

8) **Tópicos avançados** - 24 h/a - Prof. Dr. João Martins Bertaso (URI/Santo Ângelo), Prof. Dr. André Copetti dos Santos (URI/Santo Ângelo) e Prof. Dr. Doglas Cesar Lucas (UNIJUÍ)

Forma de oferta: 50% EaD, 50% presencial

9) **Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - I**: 20 h/a - A responsabilidade será de cada orientador

Carga horária total das disciplinas gerais: 108 h/a

MÓDULO II - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

10) **Tópicos de teoria da Constituição, constitucionalismo e hermenêutica constitucional** - 16 h/a - Prof. Ma. Raquel Buzatti Souto (UNICRUZ) e Prof. Dr. Tiago Anderson Brutti (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

11) **Aspectos relevantes do direito civil à luz da Constituição** - 16 h/a - Prof. Dr. Marcelo Cacinotti Costa (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

12) **Direitos humanos: (re)afirmação histórica e seu impacto no direito constitucional brasileiro** - 16 h/a - Profa. Ma. Aline Antunes Gomes (UNICRUZ) e Prof. Ma. Ângela Simone Keitel (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

13) **República, multiculturalismo e direitos fundamentais** - 16 h/a - Prof. Me. Rafael Vieira de Mello Lopes (UNICRUZ) e Prof. Dr. Newton Cesar Pilau (UNIVALI)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

14) **Ativismo judicial: dogmática e crítica** - 16 h/a - Prof. Ma. Aline Antunes Gomes (UNICRUZ) e Prof. Dr. Luiz Henrique Cademartori (UFSC)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

15) Tópicos avançados II - Constituição, hermenêutica e decisão judicial: 16 h/a

- Profa. Dra. Rosângela Angelin e Prof. Dr. Adalberto Hommerding

Forma de oferta: 50% EaD, 50% presencial

16) Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - II: 20 h/a - A

responsabilidade será de cada orientador

Carga horária total das disciplinas gerais: 116 h/a

MÓDULO III - APLICAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL E TÓPICOS ESPECIAIS

17) Garantias constitucionais no processo civil - 16 h/a - Profa. Ma. Fátima

Barasuol Fagundes Hammarströn (UNICRUZ) e Profa. Ma. Andréia Moser Keitel (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

18) Direitos fundamentais e direito tributário: o Estado *versus* o contribuinte -

16 h/a - Prof. Me. José Ricardo Libardoni dos Santos (UNICRUZ) e Prof. Me. Luiz Gustavo Steinbrenner (UNIJUÍ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

19) Direitos fundamentais sociais do trabalhador e seguridade social na

Constituição: saúde, previdência e assistência social - 16 h/a - Prof. Me. Omar Leal de Oliveira (UNICRUZ) e Profa. Ma. Carlise Maria Zambra (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

20) Direito eleitoral brasileiro frente aos direitos políticos fundamentais - 16 h/a

- Prof. Esp. Ricardo Luiz da Costa Tjäder (UNICRUZ) e Rodrigo López Zilio (PUCRS)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

21) Direito ambiental constitucional - 16 h/a - Prof. Dr. Domingos Benedetti

Rodrigues (UNICRUZ) e Prof. Dr. Daniel Rubens Cenci (UNIJUÍ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

22) Processo constitucional, teoria geral do controle de constitucionalidade e ações de controle constitucional - 16 h/a - Prof. Dr. Domingos Benedetti Rodrigues (UNICRUZ) e Profa. Dra. Denise Girardon dos Santos (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

23) Direito penal e processo penal na Constituição - 16 h/a - Prof. Dr. Luís Gustavo Durigon (UNICRUZ) e Prof. Me. Fernando Martins Ferreira (UNICRUZ)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

24) Paradigma da responsabilidade no direito constitucional: proteção à intimidade, governança responsável e direitos humanos - 8 h/a - Prof. Dr. Marcelo Cacinotti Costa (UNICRUZ) e Dr. Vinicius de Melo Lima (ULBRA)

Forma de oferta: 50% EaD e 50% presencial

25) Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - III: 16 h/a - A responsabilidade será de cada orientador

Carga horária total das disciplinas específicas: 136 h/a

Carga horária total: 360 h/a

16. EMENTÁRIOS

MÓDULO I - DISCIPLINAS GERAIS

Disciplina:	1. Formação para o uso do sistema de educação a distância - AVA Moodle	Carga Horária: 8 h/a
Professor:	Me. Rodrigo Luiz Antoniazzi e Ma. Patrícia Mariotto Mozzaquatro Chicon	
Ementa:	A comunicação entre os indivíduos e o ato educativo. A evolução tecnológica e a Educação a Distância. Ambientes educativos virtuais. Aprendizagem a distância. As principais tecnologias utilizadas em Educação a Distância. Avaliação da Aprendizagem. Cenário atual. Conceitos e evolução histórica da educação a Distância. Elementos e características principais da Educação a Distância. Histórico da Educação a Distância no Brasil. Implantação de um sistema articulado entre comunicação e educação. Necessidade de monitorar o processo de ensino-aprendizagem. O aprendizado com o apoio do computador e da Internet. Sistema de acompanhamento em Educação a Distância. Tecnologia e a força da Educação a Distância.	
Conteúdo programático:		
Data	Assunto	
Aula 1	Conceitos e evolução histórica da educação a Distância	
Aula 2	A evolução tecnológica e a Educação a Distância	
Aula 3	Histórico da Educação a Distância no Brasil	
Aula 4	Implantação de um sistema articulado entre comunicação e educação	
Aula 5	Elementos e características principais da Educação a Distância	
Aula 6	A comunicação entre os indivíduos e o ato educativo	
Aula 7	As principais tecnologias utilizadas em Educação a Distância	
Aula 8	Ambientes educativos virtuais	
Aula 9	Ferramentas de comunicação e gerenciamento	
Aula 10	Avaliação	
Aula 11	O aprendizado com o apoio do computador e da Internet	
Aula 12	Aprendizagem a distância	
Aula 13	Sistema de acompanhamento em Educação a Distância	
Aula 14	Necessidade de monitorar o processo de ensino-aprendizagem	
Aula 15	Avaliação da Aprendizagem	
Aula 16	Tecnologia e a força da Educação a Distância	
Aula 17	Cenário atual	
Aula 18	Avaliação	
Bibliografia básica:		
BEHAR, P. A. et al. Modelos pedagógicos em educação a distância. Porto Alegre: Artmed, 2008. 316p. ISBN 9788536316420		
BEHAR, P. A. et al. Competências em educação a distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312p. ISBN 9788565848428		

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. Lições da sala de aula virtual: as realidades do ensino on-line. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2015. 212p. ISBN 9788584290208

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, R. M. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2005. 182p. ISBN 9788536305158

COLL, C. et al. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. 366 p. ISBN 9788536322865

CORRÊA, J. (Org.). Educação a distância: orientações metodológicas. Porto Alegre: Artmed, 2011. 104 p. ISBN 9788536309187

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004. 216 p. ISBN 9798536304778

RUHE, V.; ZUMBO, B. D. Avaliação de educação a distância e E-learning. Porto Alegre: Penso, 2013. 336p. ISBN 9788565848022

Disciplina:	2. Metodologia da pesquisa nas ciências sociais e humanas	Carga horária: 8 h/a
Professor:	Dr. Fábio César Junges	
Ementa: Pesquisa. Método Científico. Trabalhos científicos. Normalização.		
Conteúdo programático:		
1 PESQUISA E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: 1.1 Tipos de conhecimento 1.2 Ciência: considerações		
2 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO E POSTURAS METODOLÓGICAS: 2.1 Pesquisa Científica - conceito, tipos e planejamento.		
3 APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS: 3.1 Normalização da escrita científica 3.2 Artigo científico para Pós-Graduação		
4 ELABORAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO CIENTÍFICA DE PROJETO E MONOGRAFIA		
Bibliografia básica:		
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.		
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do Futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.		
KÖCKE, José Carlos. Fundamentos da Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.		
Bibliografia complementar:		
ALVARES MENDES, Juan Manuel. Avaliar para conhecer - examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed editora, 2002.		
ASSMANN, H. Metáforas para reencantar a educação. Piracicaba: UNIMEP, 1996.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <i>NBR 6023</i> : informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2000.		
_____. <i>NBR 10520</i> : informação e documentação - apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2001.		
_____. <i>NBR 14724</i> : informação e documentação - trabalhos acadêmicos apresentação. Rio de Janeiro, 2001.		
AZEVEDO, I. B. de. O prazer da produção científica. Piracicaba: INIMEP, 1992.		
BANASS, R. Os cientistas precisam escrever. São Paulo: T. A Queirós/ Edusp, s/d		
BARROS, Aidil de Jesus. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.		
_____; LEHFELD, Neide A. de Souza Fundamentos de Motodologia Científica:		

um guia para iniciação científica. 2a ed. São Paulo : Makron Books, 2000.

BECKER, H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BEHRENS, Marilda Aparecida. A formação pedagógica e os desafios do mundo moderno. In: Docência na Universidade. Campinas, SP: Papirus, 1998.

BERBEL, Neusi Aparecida. Metodologia do Ensino Superior: realidade e significado. Campinas: Papirus, 1984.

CAPRA, F. Uma abordagem de sistemas ao paradigma nascente. EUA: Perspectives, 1991.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo 2ª Ed. Cortes, 1995.

COSTA, Cristina. Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa. 2.ed. São Paulo: Artmed, 2007.

CHIAZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: SARAIVA, 2003.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas técnicas para o trabalho científico. 11.ed. Porto Alegre: s.n., 2009.

FEYERABEND, Paul. Contra o método. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

KUHN, T. Estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAVILLE, Christiam; DIONE, Jeam. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTEMED, 1999.

MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

MOTTA. P. R. Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1994.

POPPER, K. Lógica das ciências sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

REY, L. Como redigir trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 1988.

RICHARDSON, R. Pesquisa social, métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RUSSEL, B. A perspectiva científica. São Paulo: Nacional, 1977.

SANTOS, F. M. Teoria do conhecimento: gnoseologia e criteriologia. São Paulo: Logos, 1967.

SANTOS, Antonio Raimundo. Metodologia Científica. A Construção do conhecimento. 3a ed. Rio de Janeiro: DP&M editora, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. Questão de método. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1981.

TRUJILLO FERRARI, A. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

VANTI, E. A Razão tridimensional da pesquisa qualitativa. Pelotas: UCEPEL, 1997.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. Estrutura e normalização de trabalhos científicos: manual de normalização para trabalhos de conclusão de curso, dissertação e teses da Universidade de Cruz Alta. UNICRUZ. Cruz Alta, RS: UNICRUZ, 2005.

Disciplina:	3. Docência na educação contemporânea	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Dra. Sirlei de Lourdes Lauxen	
Ementa:	Em construção	
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	4. Hermenêutica filosófica e filosofia hermenêutica	Carga horária: 8 h/a
Professor:	Dr. Fábio César Junges e Dra. Vanessa Steigleder Neubauer	
Ementa:	Em construção	
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	5. Filosofia da linguagem e perspectiva pós-metafísica	Carga horária: 8 h/a
Professor:	Dr. Paulo Evaldo Fensterseifer e Dr. José Pedro Boufleuer	
Ementa:	Em construção	
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	6. Elementos da análise do discurso	Carga horária: 8 h/a
Professor:	Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles e Dr. Antonio Escandiel de Souza	
Ementa:	Em construção	
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	7. Direito e literatura	Carga horária: 8 h/a
Professor:	Dra. Carla Rosane Tavares Alves e Dr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth	
Ementa:	Em construção	
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	8. Tópicos avançados	Carga horária: 24 h/a
Professor:	Dr. João Martins Bertaso, Dr. André Copetti dos Santos e Dr. Douglas Cesar Lucas	
Ementa:	Em construção	
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

9. Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - I	Carga horária: 20 h/a
Professor:	A responsabilidade será de cada orientador

MÓDULO II - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Disciplina:	10. Tópicos de teoria da Constituição e constitucionalismo e hermenêutica constitucional	Carga horária: 16h/a
Professor:	Ma. Raquel Buzatti Souto e Dr. Tiago Anderson Brutti	
Ementa: Teoria da Constituição e Constitucionalismo. A supremacia da Constituição. Teoria das Normas Constitucionais. Mutação Constitucional e Controle de Constitucionalidade à luz da Hermenêutica Constitucional.		
Conteúdo programático: 1 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E CONSTITUCIONALISMO: 1.1 Aparato histórico e conceitual 1.2 Supremacia Constitucional 1.3 Teoria das normas constitucionais 2 HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: 2.1 Filosofia Hermenêutica e Hermenêutica Filosófica 2.2 Hermenêutica constitucional: controle de constitucionalidade e mutação constitucional 2.3 Casos práticos: análise de casos julgados no Tribunal Constitucional brasileiro		
Bibliografia básica: ÁVILA, Humberto. <i>Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos</i> . 8ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2008. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. <i>Direito constitucional e teoria da constituição</i> . 7ª edição. Coimbra: Edições Almedina, 2003. MIRANDA, Jorge. <i>Manual de Direito Constitucional</i> . Coimbra: Coimbra Editora, 2008, 4ª edição. STRECK, Lenio Luiz. <i>Hermenêutica jurídica e(m) crise. Uma exploração hermenêutica da construção do direito</i> . 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.		
Bibliografia complementar: ALEXY, Robert. <i>Constitucionalismo Discursivo</i> . Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007. BARROSO, Luis Roberto. <i>Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora</i> . São Paulo: Saraiva, 1996. BONAVIDES, Paulo. <i>Curso de Direito Constitucional</i> . 26ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2011. FERRAJOLI, Luigi. <i>Jurisdição e democracia</i> . <i>Revista do Ministério Público, ano 18, n. 72, outubro-dezembro, 1997, págs. 11-29</i> . Lisboa: CRL, 1997. HÄBERLE, Peter. <i>Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição</i> . Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997. HESSE, Konrad. <i>A força normativa da constituição</i> . Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991. Título original: Die normative Kraft der verfassung. LASSALLE, Ferdinand. <i>A essência da constituição</i> . 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001. MENDES, Gilmar Ferreira. <i>O princípio da proporcionalidade na jurisprudência do</i>		

STF: novas leituras. *Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, vol. 1, n. 5, agosto, 2001.* Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br>. Acesso em: 05 de agosto de 2010.

SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na Constituição Federal.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional.* 10ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova visão crítica do Direito.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional.* São Paulo: Saraiva, 2007.

Disciplina:	11. Aspectos relevantes do direito civil à luz da Constituição	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Dr. Marcelo Cacinotti Costa	
Ementa: A estruturação sistemática dos direitos fundamentais na Constituição Federal brasileira. Direitos fundamentais e estruturas normativas. Direitos fundamentais de liberdade e afetações. Direitos Fundamentais e Relações Privadas.		
Conteúdo programático:		
<p>1 A ESTRUTURAÇÃO SISTEMÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA: 1.1. Direitos fundamentais - função e delimitação conceitual preliminar; 1.2. Direitos fundamentais e Estado de Direito; 1.3. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; 1.4. Atributos jurídicos e características dos direitos fundamentais; 1.5. Rol materialmente aberto dos direitos e garantias fundamentais; 1.6. Direitos fundamentais e figuras afins; 1.7. Aplicabilidade e eficácia dos direitos e garantias fundamentais; 1.8. Sujeitos dos direitos fundamentais; 1.9. Classificação dos direitos fundamentais; 1.10. Direitos sociais e direitos de liberdade - dogmática unitária? 2 DIREITOS FUNDAMENTAIS E ESTRUTURAS NORMATIVAS: 2.1. Direitos fundamentais como estruturas normativas complexas; 2.2. Direitos fundamentais como regras e princípios; 2.3. Enunciado, norma e posição de direito fundamental; 2.4. Normas jusfundamentais diretamente estatuídas e normas associadas; 2.5. Direitos fundamentais prima facie e direitos fundamentais definitivos; 2.6. Dimensão subjetiva dos direitos fundamentais; 2.7. Dimensão objetiva dos direitos fundamentais. 3 DIREITOS FUNDAMENTAIS DE LIBERDADE E AFETAÇÕES: 3.1. Afetações ou restrições em sentido amplo aos direitos fundamentais; 3.2. Objeto de proteção dos direitos fundamentais; 3.3. Âmbito de proteção dos direitos fundamentais - concepção ampla, restrita e propostas mitigadas; 3.4. Limites, restrições e intervenções restritivas; 3.5. Teoria interna dos limites; 3.6. Teoria externa dos limites; 3.7. Restrições e teoria dos princípios; 3.8. Afetações e justificação constitucional; 3.9. Direitos fundamentais e ponderação; 3.10. Limites dos limites dos direitos fundamentais; 3.11. Princípio da proporcionalidade; 3.12. Princípio da igualdade; 3.13. Direitos fundamentais e conteúdo essencial. 4 DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS: 4.1. Lüth Urteil; 4.2. Direitos Fundamentais e eficácia horizontal; 4.2.1. Teoria da negativa de eficácia; 4.2.2. Teoria da eficácia indireta; 4.2.3. Teoria da eficácia imediata; 4.2.4. Teoria dos deveres de proteção; 4.3. Autonomia privada e limites; 4.4. Autonomia privada e dignidade da pessoa humana; 4.5. Colisão entre direitos fundamentais e relações privadas; 4.6. Relações privadas e princípio da proporcionalidade.</p>		

Bibliografia básica:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ANDRADE, José Carlos Vieira. Os direitos, liberdades e garantias no âmbito das relações entre particulares. Constituição, direitos fundamentais e direito privado, págs. 241-261. Organização de Ingo Wolfgang Sarlet. 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Bibliografia complementar:

ALEXY, Robert. Constitucionalismo Discursivo. Tradução de Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

ANDRADE, José Carlos Vieira de. Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976. Coimbra: Edições Almedina, SA., 2009.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 8ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

BARCELLOS, Ana Paula de. Ponderação, Racionalidade e Atividade Jurisdicional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 26ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7ª edição. Coimbra: Edições Almedina, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Dogmática de direitos fundamentais e direito privado. Constituição, direitos fundamentais e direito privado, págs. 295-309. Organização de Ingo Wolfgang Sarlet. 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

DIMOULIS, Dimitre; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos direitos fundamentais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

FERRAJOLI, Luigi. Jurisdição e democracia. Revista do Ministério Público, ano 18, n. 72, outubro-dezembro, 1997, págs. 11-29. Lisboa: CRL, 1997.

FREITAS, Luiz Fernando Calil de. Direitos fundamentais: limites e restrições. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

GAVIÃO FILHO, Anizio Pires. Colisão de direitos fundamentais, argumentação e ponderação. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Teoria dos direitos fundamentais sociais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006.

MARTINS, Leonardo (org.). Cinquenta anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão. Coletânea original Jürgen Schwabe. Montivideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira. O princípio da proporcionalidade na jurisprudência do STF: novas leituras. Revista Diálogo Jurídico, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, vol. 1, n. 5, agosto, 2001. Disponível em:

<http://www.direitopublico.com.br>. Acesso em: 05 de agosto de 2010.

MIRANDA, Jorge. Manual de Direito Constitucional, Tomo IV, Direitos Fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2008, 4ª edição.

NOVAIS, Jorge Reis. As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

NOVAIS, Jorge. Direitos fundamentais: trunfos contra a maioria. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

NOVAIS, Jorge Reis. Direitos Sociais - teoria jurídica dos direitos sociais enquanto direitos fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

NOVAIS, Jorge Reis. Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard. Direitos Fundamentais: direito estadual II. Tradução António Franco e António Francisco de Sousa. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.

PULIDO, Carlos Bernal. El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales. Madri: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. Constituição, Proporcionalidade e Direitos Fundamentais: O direito penal entre proibição de excesso e de insuficiência. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vol. LXXXI, págs. 325-386. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.

SARMENTO, Daniel. A ponderação de interesses na Constituição Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

SARMENTO, Daniel. Direitos Fundamentais e Relações Privadas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

SILVA, Virgílio Afonso da. A constitucionalização do direito. Os direitos fundamentais nas relações entre particulares. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

STEINMETZ, Wilson. Princípio da proporcionalidade e atos de autonomia privada restritivos de direitos fundamentais. Interpretação constitucional, págs. 11-53. Organização de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2005.

Disciplina:	12. Direitos Humanos: (re)afirmação histórica e seu impacto no Direito Constitucional brasileiro	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Ma. Aline Antunes Gomes e Ma. Ângela Simone Keitel	
Ementa:	Precedentes históricos do processo de internacionalização e universalização dos Direitos Humanos. As Declarações de Direitos. A formação e desintegração da Liga das Nações e a criação da Organização das Nações Unidas. ONU. A Constituição Federal de 1988 e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos. O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.	
Conteúdo programático:	<p>1 DA BARBÁRIE ÀS DECLARAÇÕES DE DIREITOS: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS: 1.1 Precedentes históricos do processo de internacionalização e universalização dos Direitos Humanos; 1.2 As Declarações de Direitos; 1.3 A formação e desintegração da Liga das Nações e a criação da Organização das Nações Unidas; 1.3 O sistema ONU no Brasil e no mundo.</p> <p>2 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS: 2.1 As intermitências de violações de direitos no Brasil; 2.2 Plano Nacional de Direitos Humanos; 2.3 Ações políticas governamentais de implementação e solidificação da matéria.</p> <p>3 O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS: 3.1 A Organização dos Estados Americanos (OEA): contextualização, antecedentes históricos e evolução institucional; 3.2 Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos; 3.3 Formas de acesso de nacionais aos órgãos do sistema; 3.4 As recomendações e condenações do Estado brasileiro: comentário de contenciosos.</p>	

Bibliografia básica:

- BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas. Limites e possibilidades da Constituição brasileira.** - 4 ed. - Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BONAVIDES, Paulo. **Do país constitucional ao país neocolonial - A derrubada da Constituição e a recolonização pelo golpe de Estado institucional.** São Paulo: Malheiros Editores, 1999.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria da Constituição.** - 6 ed. - Coimbra: Almedina, 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania.** São Paulo: Moderna.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** - 3ª ed. - São Paulo: Globo, 2001.
- FARIA, José Eduardo. **Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. **O Brasil pós-constituente.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- GARAPON, Antoine. **Crimes que não se podem punir nem perdoar - Para uma Justiça Internacional.** Bobadela: Instituto Piaget, 2002.
- HÖFFE, Otfried. **Justiça Política - Fundamentação de uma filosofia crítica do direito e do Estado.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HOBBSBAWN, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HUMAN RIGHTS REPORT.** Disponível em: <
<http://www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2009/wha/136103.htm>>. Acesso em: 21 de set. de 2012.
- KELSEN, Hans. **La paz por medio del derecho.** Madrid: Editorial Trotta, 2003
- LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt.** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a05.pdf>>. Acesso em: 21 de set. de 2012.
- LUIGI, Ferrajoli. **A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **As crises do estado e da constituição e a transformação espacial dos direitos humanos.** Livraria do Advogado, 2002.
- _____. **Direitos humanos “globais (universais)”! De todos, em todos os lugares.** In: Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional. PIOVESAN, Flávia. (Coord.). São Paulo: Max Limonad, 2002.
- _____. **Reflexões acerca das condições e possibilidades para uma ordem jurídica democrática no século XXI.** Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Separada: o Direito e o futuro, o futuro do direito, p. 445-469. Coimbra: Almedina, 2008.
- PIOVESAN, Flávia. **A Constituição Brasileira de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.** In: Os direitos humanos e o direito internacional. BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu. ARAUJO, Nadia de. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- _____. **Direitos Humanos e o direito constitucional internacional.** São Paulo:

Max Limonad, 2000.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. - 7ª ed. - São Paulo: Saraiva, 1998.

SEITENFUS, Ricardo. VENTURA, Deisy. **Direito Internacional Público**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2006.

VILLEY, Michel. **O direito e os direitos humanos**. - 1ª ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das organizações internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

_____. **Direitos Humanos: Personalidade e Capacidade Jurídica Internacional do Indivíduo**. In: O Brasil e os novos desafios do direito internacional. BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. (Coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Bibliografia complementar:

ARENDDT, Hannah. **A Condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro**. - 6ª ed. - São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARRETO, Vicente de Paulo. **O Fetiche dos Direitos Humanos e Outros Temas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.

BURGENTHAL, Thomas. MURPHY, Sean D. **Public International Law**. St. Paul, United States: West Publishing CO, West Group, 2002.

_____. **Protecting Human Rights in the Americas: cases and material; a publication of the International Institute of Human Rights, Strasbourg/**

BURGENTHAL, Thomas. SHELTON, Dinah. - 4. Ver -. Ed. Strasbourg; Arlington: Engel, 1995.

HIGGINS, Rosalyn. **Problems and Process - International Law and How We use It**. Oxford: Clarendon Press, 1995

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIMA, Fernanda Cristina. **Olhares sobre a violência no Brasil: as leituras do *The New York Times* e de sua tradução**. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_17.pdf>. Acesso em: 21 de set. de 2012.

Disciplina:	13. República, multiculturalismo e direitos fundamentais	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Me. Rafael Vieira de Mello Lopes e Dr. Newton Cesar Pilau	
Ementa: Em construção		
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	14. Ativismo judicial: dogmática e crítica	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Ma. Aline Antunes Gomes e Dr. Luiz Henrique Cademartori	
Ementa: Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação		

de poderes. As múltiplas faces do processo de judicialização da política: a judicialização da política e a politização do direito. Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos. O sistema brasileiro de justiça. A indiferenciação entre os sistemas político e judicial. O sistema de justiça e os processos de desregulação e deslegalização. O futuro do sistema de justiça. Os tribunais nas sociedades contemporâneas.

Conteúdo programático:

1 Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação de poderes.

2 As múltiplas faces do processo de judicialização da política: a judicialização da política e a politização do direito.

3 Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos.

4 O sistema brasileiro de justiça.

5 A indiferenciação entre os sistemas político e judicial.

5 O sistema de justiça e os processos de desregulação e deslegalização.

6 O futuro do sistema de justiça.

7 Os tribunais nas sociedades contemporâneas.

Bibliografia básica:

APOSTOLOVA, Brista Stefanova. *O Poder Judiciário: do moderno ao contemporâneo*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998;

ARANTES, Rogério Bastos e SADEK, Maria Tereza. A crise do judiciário e a visão dos juízes. In: *Revista USP*. N. 21. São Paulo: USP, 1994;

CITTADINO, Gisele. Judicialização da política, constitucionalismo democrático e separação dos Poderes. In: VIANNA, Luiz Weneck (Org). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ufmg, 2002;

FARIA, José Eduardo. O sistema brasileiro de Justiça: experiência recente e futuros desafios. In: *Revista estudos avançados da USP*. Vol. 18, Número 51, maio/agosto de 2004. pp. 103-125;

LUCAS, Douglas Cesar. O Procedimentalismo deliberativo e o substancialismo constitucional: apontamentos sobre o (in) devido papel dos Tribunais. In: *Direito em revista*. Revista da Faculdade de Direito de Francisco Beltrão - CESUL, n. 7 V. 4. 2005;

MAUS, Ingeborg. Judiciário como superego da sociedade. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 58, novembro de 2000;

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. Os Tribunais nas sociedades contemporâneas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 30, fevereiro de 1996, pp. 29-62.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. Da democracia. In: José Alcebíades de Oliveira Júnior (Org). *O novo em direito e Política*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997;

BRAGA, Paula Sarno. *Aplicação do devido processo legal nas relações privadas*. 2006;

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. A crise do Poder Judiciário e as reformas instrumentais: avanços e retrocessos. In: QUEIROZ, Raphael Augusto Sofiati de (Org.) *Acesso à justiça*. São Paulo: Lumen Juris, 2002;

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005;

CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes irresponsáveis?* Porto Alegre: Sergio Fabris, 1989;
Juízes legisladores? Porto Alegre: Sergio Fabris, 1999;

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996;

FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito*. Editora Revista dos Tribunais. 2ª ed. São Paulo. 1992;
 GARAPON, Antoine. *Bem julgar*. Ensaio sobre o ritual judiciário. Lisboa: Piaget, 1999;
 SIQUEIRA CASTRO, Carlos Roberto de. Pela criação do Tribunal Constitucional. *Revista Contextos*, n. 2, Departamento de Direito, PUC - Rio, 1989.

Disciplina:	15. Tópicos avançados II	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Dra. Rosângela Angelin e Dr. Adalberto Hommerding	
Ementa: Em construção		
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

16. Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - II	Carga horária: 20 h/a
Professor:	A responsabilidade será de cada orientador

MÓDULO III - APLICAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL E TÓPICOS ESPECIAIS

Disciplina:	17. Garantias constitucionais no processo civil	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Ma. Fátima Barasuol Fagundes Hammarström e Ma. Andréia Moser Keitel	
Ementa: Em construção		
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	18. Direitos fundamentais e direito tributário: o Estado versus o contribuinte	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Me. José Ricardo Libardoni dos Santos e Me. Luiz Gustavo Steinbrenner	
Ementa: Em construção		
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	19. Direitos fundamentais sociais do trabalhador e seguridade social na Constituição: saúde, previdência e assistência social	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Me. Omar Leal de Oliveira e Ma. Carlise Maria Zambra	
Ementa: Em construção		
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	20. Direitos eleitoral brasileiro frente aos direitos políticos fundamentais	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Esp. Ricardo Luiz da Costa Tjäder e Me. Rodrigo López Zilio	
Ementa: Em construção		
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	21. Direito ambiental constitucional	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Dr. Domingos Benedetti Rodrigues e Dr. Daniel Rubens Cenci	
Ementa: O movimento ambientalista. A evolução das políticas ambientais no Brasil. Globalização, Desenvolvimento e sustentabilidade. Análise sistêmica. Direito ambiental internacional: origem, princípios e fontes. Direito ambiental internacional: tratados e convenções. O direito ambiental do MERCOSUL. Meio ambiente e Direitos Humanos. Ingerência ecológica.		
Conteúdo programático de Metodologia da Pesquisa:		
1 O movimento ambientalista - análise histórica.		
2 A evolução das políticas ambientais no Brasil.		
3 Desestruturação e desenvolvimento: incertezas de sustentabilidade na globalização.		
4 Análise sistêmica: a teoria sistêmica em Kapra e a teoria da complexidade em Edgar Morin.		
5 Direito ambiental internacional: origem, princípios e fontes.		
8 Direito ambiental internacional: tratados e convenções.		
9 O direito ambiental do MERCOSUL.		
10 Meio ambiente e direitos humanos.		
11 Ingerência Ecológica: direito ambiental em questão.		
Bibliografia básica:		
McCORMICK, John. <i>Rumo ao paraíso. A história do Movimento ambientalista</i> . Rio de Janeiro: Relume-Dumerá, 1992;		
VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Hector R. <i>A evolução das políticas ambientais no Brasil: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável</i> , In Daniel Joseph Hogan e Paulo Freire Viera (Orgs.) <i>Dilemas socioambientais e Desenvolvimento Sustentável</i> . Campinas, Ed. UNICAMP, 1995;		
CASTELS, Manuel. <i>O “verdejar do ser: o movimento ambientalista</i> , In <i>O Poder da Identidade</i> , São Paulo, Paz e Terra, 1999;		
IANNI, Octavio. <i>Globalização e Diversidade</i> e BRÜSEKE, Franz Josef. <i>Desestruturação e Desenvolvimento</i> , In Eduardo Viola e Leila da Costa Ferreira (Orgs.). <i>Incetezas de sustentabilidade na Globalização</i> . SP, Editora da UNICAMP, 1996;		
SACHS, Ignacy. <i>Estratégias de Transição para o século XXI</i> . São Paulo: Studio Nobel, 1993.		
Bibliografia complementar:		
HAWKEN, Paul. <i>Capitalismo Natural: criando a próxima revolução industrial</i> . S.P., Cultrix, 1999;		
SOARES, Guido. <i>A emergência do direito internacional do meio ambiente</i> , In <i>Direito Internacional do Meio ambiente: obrigações e responsabilidades</i> . São Paulo,		

Atlas, 2001;
 VARELLA, Marcelo Dias. *Direito Internacional Econômico Ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003;
 SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo, Ed. 34, 2003;
 BACHELET, Michel. *Ingerência Ecológica: direito ambiental em questão*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

Disciplina:	22. Processo Constitucional e teoria geral do controle de constitucionalidade: do controle difuso ao concentrado	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Dr. Domingos Benedetti Rodrigues e Dra. Denise Girardon dos Santos	
Ementa:	Em construção	
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

Disciplina:	23. Direito Penal e Processo Penal na Constituição	Carga horária: 16 h/a
Professor:	Dr. Luís Gustavo Durigon e Me. Fernando Martins Ferreira	
Ementa:	Direito Penal: aplicabilidade dos princípios constitucionais e sua relação com os direitos humanos e cidadania. Aplicabilidade das características do Direito Penal. Penalogia: aspectos clássicos e teorias. Sistema inquisitivo e sistema acusatório: a opção constitucional brasileira. Um modelo garantista aplicado ao processo penal: processo penal, tempo e risco. Penas e Prisões: interpretação constitucional e releitura face ao modelo garantista. Processo Penal e complexidade. Inquérito Policial: reflexões sobre novas formas de investigação. Os recursos no processo penal: uma releitura do sistema.	
Conteúdo programático:	1 Direito Penal: aplicabilidade dos princípios constitucionais e sua relação com os direitos humanos e cidadania. 2 Aplicabilidade das características do Direito Penal. 3 Penalogia: aspectos clássicos e teorias. 4 Sistema inquisitivo e sistema acusatório: a opção constitucional brasileira. 5 Um modelo garantista aplicado ao processo penal: processo penal, tempo e risco. 6 Penas e Prisões: interpretação constitucional e releitura face ao modelo garantista. 7 Processo Penal e complexidade. 8 Inquérito Policial: reflexões sobre novas formas de investigação. 9 Os recursos no processo penal: uma releitura do sistema.	
Bibliografia básica:	CONDE, Francisco Muñoz. <i>Teoria geral do delito</i> . Porto Alegre: Fabris, 1998. FERRAJOLI, Luigi. <i>Direito e razão: teoria do garantismo penal</i> . Trad. de Fauzi Hassan Choukr e outros, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. LOPES JUNIOR, Aury. <i>Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional</i> . V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. <i>Curso de Processo Penal</i> . Rio de Janeiro: Lumen	

Juris, 2008.
 TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia complementar:
 CHOUKR, Fauzi. Código de Processo Penal - Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial. 3ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
 GIACOMOLLI, Nereu. Reformas (?) do Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
 NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
 RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
 SCARANCE FERNANDES, Antônio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
 REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. IBCCRIM.
 REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS. PPGCCrim/PUCRS.
 ZAFFARONI, Raul/BATISTA, Nilo/ALAGIA/Alejandro/SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
 Sites com textos: www.itecrs.org; www.ibccrim.com.br

Disciplina:	24. Paradigma da responsabilidade no Direito Constitucional: proteção à intimidade, governança responsável e direitos humanos	Carga horária: 8 h/a
Professor:	Dr. Marcelo Cacinotti Costa e Vinícius de Melo Lima	
Ementa: Em construção		
Conteúdo programático:		
Bibliografia básica:		
Bibliografia complementar:		

25. Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - III	Carga horária: 16 h/a
Professor:	A responsabilidade será de cada orientador

17. QUADRO GERAL DO CORPO DOCENTE

Disciplina	Nome do Professor	Titulação e Origem	Vínculo
Formação para o uso do sistema de educação à distância (8 h/a)	Rodrigo Luiz Antoniazzi; Patrícia Mariotto Mozzaquatro Chicon	Mestre, UFSM; Mestra, UFSM	UNICRUZ
Metodologia da Pesquisa nas ciências sociais e humanas (8 h/a)	Fábio César Junges	Doutor, EST	PNPD CAPES
Docência na educação contemporânea (16 h/a)	Sirlei de Lourdes Lauxen	Doutora, UFGRS	UNICRUZ

Hermenêutica filosófica e filosofia hermenêutica (8 h/a)	Fábio César Junges; Vanessa Steigleder Neubauer	Doutor, EST; Doutora, UNISINOS	PNPD/UNICRUZ; UNICRUZ
Filosofia da linguagem e perspectiva pós-metafísica (8 h/a)	Paulo Evaldo Fensterseifer; José Pedro Boufleuer	Doutor, UNICAMP; Doutor, UFRGS	UNIJUÍ
Elementos da análise do discurso (8 h/a)	Elizabeth Fontoura Dorneles; Antonio Escandiel de Souza	Doutora, UFRGS; Doutor, UFSM	UNICRUZ
Direito e literatura (8 h/a)	Carla Rosane Tavares Alves; Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth	Doutora, UFRGS; Doutor, UNISINOS	UNICRUZ; UNIJUÍ
Tópicos avançados (24 h/a)	João Martins Bertaso; André Copetti dos Santos; Doglas Cesar Lucas	Doutor, UFSC; Doutor, UNISINOS; Doutor UNISINOS	URI/Santo Ângelo; URI/Santo Ângelo; UNIJUÍ
Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - I (20 h/a)	Não se aplica - NSA	NSA	NSA
Tópicos de teoria da Constituição, constitucionalismo e hermenêutica constitucional (16 h/a)	Raquel Buzatti Souto; Tiago Anderson Brutti	Mestra, UNIJUÍ; Doutor, UNIJUÍ	UNICRUZ
Aspectos relevantes do Direito Civil à luz da Constituição (16 h/a)	Marcelo Cacinotti Costa	Doutor, UNISINOS	UNICRUZ
Direitos humanos: (re)afirmação histórica e seu impacto no direito constitucional brasileiro (16 h/a)	Aline Antunes Gomes; Ângela Simone Keitel	Mestra, UNJUÍ; Mestra, URI/Santo Ângelo	UNICRUZ
República, multiculturalismo e direitos fundamentais (16 h/a)	Rafael Melo Lopes Newton Cesar Pilau	Mestre, UNIJUÍ; Doutor, UNIVALI	UNICRUZ UNIVALI
Ativismo judicial: dogmática e crítica (16 h/a)	Aline Antunes Gomes; Luiz Henrique Cademartori	Mestra, UNIJUÍ; Doutor, UFSC	UNICRUZ; UFSC

Tópicos avançados II (16 h/a)	Rosângela Angelin; Adalberto Hommerding	Doutora, Universidade de Osnabrück - Alemanha; Doutor, UNISINOS	FMP; UNISINOS
Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - II (20 h/a)	NSA	NSA	NSA
Garantias constitucionais no processo civil (16 h/a)	Fátima Barasuol Fagundes H.; Andréia Moser Keitel	Mestra, UNIJUÍ; Mestre, UNISINOS	UNICRUZ
Direitos fundamentais e direito tributário: o Estado <i>versus</i> o contribuinte (16 h/a)	José Ricardo Libardoni dos Santos; Luiz Gustavo Steinbrenner	Mestre, UFCG; Mestre, UNIJUÍ	UNICRUZ
Direitos fundamentais sociais do trabalhador e seguridade social na Constituição: saúde, previdência e assistência social (16 h/a)	Omar Leal de Oliveira; Carlise Maria Zambra	Mestre, UNISINOS; Mestra, UNIJUÍ	UNICRUZ
Direito eleitoral brasileiro frente aos direitos políticos fundamentais (16 h/a)	Ricardo Luiz da Costa Tjäder; Rodrigo López Zilio	Especialista, UNICRUZ; Mestre, Fundação Escola Superior do Ministério Público	UNICRUZ; PUCRS
Direito ambiental constitucional (16 h/a)	Domingos Benedetti Rodrigues; Daniel Rubens Clenci	Doutor, UNIJUÍ; Doutor, UNIJUÍ	UNICRUZ; UNIJUÍ
Processo constitucional, teoria geral do controle de constitucionalidade e ações de controle constitucional (16 h/a)	Domingos Benedetti Rodrigues; Denise Girardon dos Santos	Doutor, UNIJUÍ; Doutora, UNISINOS	UNICRUZ
Direito penal e processual penal na Constituição (16 h/a)	Luís Gustavo Durigon; Fernando Martins Ferreira	Doutor, PUCRS; Mestre, URI/Santo Ângelo	UNICRUZ
Paradigma da responsabilidade no Direito Constitucional: proteção à intimidade, governança	Marcelo Cacinotti Costa Vinicius de Melo Lima	Doutor, UNISINOS Doutor, UNISINOS	UNICRUZ ULBRA

responsável e direitos humanos (8 h/a)			
Atividades orientadas para o trabalho de conclusão - III (16 h/a)	NSA	NSA	NSA

18. PROGRAMAÇÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

Data	Disciplina	Professor
07/03/2020	Formação para o uso do sistema de educação à distância (4h/a) Matutino	Rodrigo Luiz Antoniazzi e Patrícia Mariotto Mozzaquatro Chicon
	Metodologia da Pesquisa (4h/a) Vespertino	Fábio César Junges
21/03/2020	Docência na educação contemporânea (8h/a) Matutino e vespertino	Sirlei de Lourdes Lauxen
04/04/2020	Hermenêutica filosófica e filosofia hermenêutica (4 h/a) Matutino	Fábio César Junges e Vanessa Steigleder Neubauer
	Filosofia da linguagem e perspectiva pós-metafísica (4h/a) Vespertino	Paulo Evaldo Fensterseifer e José Pedro Boufleuer
18/04/2020	Elementos da análise do discurso (4h/a) Matutino	Elizabeth Fontoura Dorneles e Antonio Escandiel de Souza
	Direito e literatura (4h/a) Vespertino	Carla Rosane Tavares Alves e Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth
09/05/2020	Tópicos avançados (8h/a) Matutino e vespertino	João Martins Bertaso, André Copetti dos Santos e Doglas Cesar Lucas
23/05/2020	Tópicos avançados (4 h/a) Matutino	João Martins Bertaso, André Copetti dos Santos e Doglas Cesar Lucas
	Atividades orientadas (4h/a) Vespertino	Orientadores
06/06/2020	Tópicos de Teoria da Constituição, Constitucionalismo e Hermenêutica Constitucional (8h/a) Matutino e vespertino	Raquel Buzatti Souto e Tiago Anderson Brutti
20/06/2020	Aspectos relevantes do Direito Civil à luz da Constituição (8h/a) Matutino e vespertino	Marcelo Cacinotti Costa
04/07/2020	Direitos Humanos: (re)afirmação histórica e seu impacto no Direito Constitucional brasileiro (8h/a)	Aline Antunes Gomes e Ângela Simone Keitel

	Matutino e vespertino	
18/07/2020	República, multiculturalismo e direitos fundamentais (8 h/a) Matutino e vespertino	Rafael Vieira de Mello Lopes e Newton Cesar Pilau
01/08/2020	Ativismo judicial: dogmática e crítica (8h/a) Matutino e vespertino	Aline Antunes Gomes e Luiz Henrique Cademartori
15/08/2020	Tópicos avançados II (8h/a) Matutino e vespertino	Rosângela Angelin e Adalberto Hommerding
29/08/2020	Atividades orientadas para o trabalho de conclusão (8h/a) Matutino e vespertino	Orientadores
12/09/2020	Garantias constitucionais no processo civil (8/a) Matutino e vespertino	Fátima Barasuol Fagundes Hammarströn e Andréia Moser Keitel
26/09/2020	Direitos fundamentais e direito tributário: o Estado <i>versus</i> o contribuinte (8h/a) Matutino e vespertino	José Ricardo Libardoni dos Santos e Luiz Gustavo Steinbrenner
10/10/2020	Direitos políticos fundamentais frente ao direito eleitoral brasileiro (8h/a) Matutino e vespertino	Ricardo Luiz da Costa Tjäder e Rodrigo López Zilio
24/10/2020	Direito ambiental constitucional (8h/a) Matutino e vespertino	Domingos Benedetti Rodrigues e Daniel Rubens Cenci
07/11/2020	Processo constitucional, teoria geral do controle de constitucionalidade e ações de controle constitucional (8 h/a) Matutino e vespertino	Domingos Benedetti Rodrigues e Denise Girardon dos Santos
21/11/2020	Direito penal e processo penal na Constituição (8h/a) Matutino e vespertino	Luís Gustavo Durigon e Fernando Martins Ferreira
05/12/2020	Paradigma da responsabilidade no direito constitucional: proteção à intimidade, governança responsável e direitos humanos (8 h/a) Matutino	Marcelo Cacinotti Costa e Vinicius de Melo Lima
	Atividades orientadas para o trabalho de conclusão (4 h/a) Vespertino	Orientadores
19/12/2020	Direitos fundamentais sociais do trabalhador e seguridade social na Constituição: saúde, previdência e assistência social (16h/a) Matutino e vespertino	Omar Leal de Oliveira e Carlise Maria Zambra

19. METODOLOGIA

Entende-se a metodologia como um processo, não como uma técnica. As disciplinas serão oportunizadas por meio de aulas nas modalidades expositiva e interativa. A parte expositiva implica a explicitação de conteúdos e a abertura de espaço para questionamentos. A parte interativa, por sua vez, contempla discussões, debates e a exposição de ideias por parte dos alunos.

O professor poderá optar, em diálogo com a turma, pela proposição de seminários e pela exigência de leituras, pela resolução de exercícios em aula e extraclasse, pela produção de glossário com os principais conceitos e por outros trabalhos práticos elaborados individualmente ou em grupo, na esteira do que prevê o PDI da UNICRUZ em termos de tarefas discentes efetivas (TDEs).

O processo de ensino e aprendizagem será integrador e ativo. Integrador pelo fato de a aprendizagem ser instigada em uma visão multidisciplinar. E ativo por se utilizar de metodologias que favorecem a participação constante, autônoma e investigativa do estudante.

As aulas serão organizadas e mediadas de tal maneira que favoreçam aos alunos a responsabilização pela construção de seu conhecimento numa proposta de interação entre professor/aluno e aluno/aluno.

Propõe-se como métodos inovadores, em algumas disciplinas, aulas com dois professores, comportando uma diversidade de experiências, além da integração entre teoria e prática, com atividades simuladas em sala de aula e a distância.

20. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, diagnóstica, processual e participativa. Ao fomentar a participação do pós-graduando, a avaliação busca identificar situações práticas do cotidiano e caracterizar as mesmas; integrar os conteúdos dentro da realidade dos pesquisadores; promover a autocrítica e a autoavaliação; e refletir sobre a bibliografia recomendada. Serão usados como instrumentos de avaliação: elaboração de glossário, trabalhos em grupo e produção de textos. Constituem critérios para a avaliação: observação da frequência, pontualidade, comprometimento e responsabilidade; participação efetiva nos trabalhos e nas atividades propostas; participação sustentada nas leituras propostas; e demonstração de capacidade reflexiva evidenciada oralmente e nos textos produzidos.

Os conceitos devem seguir o seguinte padrão:

A - (9,0 a 10,00) Excelente;

B - (8,0 a 8,9) Bom;

C - (7,0 a 7,9) Regular;

D - (5,0 a 6,9) Fraco;

E - (menos de 5,0) Insuficiente.

O processo de avaliação do desempenho do aluno no curso se dará mediante a organização e exposição de seminários, a elaboração de trabalhos finais nas disciplinas e a redação do trabalho de conclusão, na modalidade de monografia ou de artigo científico.

21. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Para a obtenção do título de especialista o aluno deverá ter 75% (setenta e cinco por cento) de participação em todo o Curso, obedecendo ao mínimo de 50% (cinquenta por cento) de frequência nas disciplinas presenciais. Deverá demonstrar sua participação nas aulas a distância por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. É obrigatório, por fim, apresentar um trabalho de conclusão na modalidade de monografia ou de artigo, incluindo a defesa e a aprovação por banca examinadora. O trabalho de conclusão deverá ser submetido a uma revista indexada Qualis/CAPES.

22. TRABALHO DE CONCLUSÃO

MONOGRAFIA: todo aluno deverá, obrigatoriamente, elaborar uma monografia e submetê-la para uma revista Qualis/CAPES como trabalho final de sua Especialização.

PROFESSOR ORIENTADOR: o professor orientador, integrante do corpo docente que ministrou o Curso, deverá ser escolhido pelo aluno. Em caso de aceitação por parte do professor, o aluno deverá indicar o nome do orientador no decorrer do primeiro módulo à Secretária da Pós-Graduação.

BANCA EXAMINADORA: todo aluno deverá submeter sua monografia à avaliação de uma banca examinadora designada pela coordenação pedagógica. A banca

examinadora deverá ser composta por dois professores (doutor/mestre) mais o professor orientador, no papel de coordenador da banca. A banca examinadora poderá ser sugerida pelo aluno e seu orientador. Uma vez aceita a banca examinadora, a coordenação expedirá correspondência para oficializá-la, marcando as datas e horários de apresentação dos trabalhos.

APRESENTAÇÃO DA MONOGRAFIA: o aluno deverá apresentar publicamente, no ambiente da Universidade de Cruz Alta, seu trabalho de conclusão. A apresentação terá a duração de 30 minutos, prorrogáveis por 1/3 desse tempo.

23. CERTIFICAÇÃO

A certificação de Especialização será conferida ao aluno que participar e ser aprovado nas disciplinas oferecidas nos 3 módulos, que elaborar o trabalho de conclusão e que for aprovado na defesa pública de sua monografia.

A certificação de Aperfeiçoamento será conferida ao aluno que participar e ser aprovado nas disciplinas oferecidas em pelo menos 2 módulos do Curso, sendo desnecessária a elaboração e apresentação do trabalho de conclusão.

O setor responsável pela emissão dos certificados é a Secretaria de Pós-graduação da UNICRUZ, de acordo com a forma de controle da documentação prevista na Resolução nº 01/2001, do CNE/CES, de 3 de abril de 2001, conforme o art. 12, §1º, 2º e 3º.

24. RELAÇÃO DOS PROFESSORES DO CORPO DOCENTE INTERNO DA UNICRUZ E SUAS RESPECTIVAS HORAS-AULA

Nº	NOME	TITULAÇÃO	HORAS-AULA
1	Rodrigo Luiz Antoniazzi	Mestre	4
2	Patrícia Mariotto Mozzaquatro Chicon	Mestra	4
3	Tiago Anderson Brutti	Doutor	12
4	Sirlei de Lourdes Lauxen	Doutora	8
5	Vanessa Steigleder Neubauer	Doutora	4
6	Elizabeth Fontoura Dorneles	Doutora	4
7	Antonio Escandiel de Souza	Doutor	4
8	Carla Rosane Tavares Alves	Doutora	4
9	Raquel Buzatti Souto	Mestra	8

10	Marcelo Cacinotti Costa	Doutor	12
11	Andréia Moser Keitel	Mestra	8
12	Aline Antunes Gomes	Mestra/Doutoranda	16
13	Ângela Simone Keitel	Mestra	8
14	Rafael Vieira de Mello Lopes	Mestre/Doutorando	8
15	Fernando Martins Ferreira	Mestre	8
16	Fátima Barasuol Fagundes Hammarströn	Mestra	8
17	José Ricardo Libardoni dos Santos	Mestre	8
18	Omar Leal de Oliveira	Mestre	8
19	Carlise Maria Zambra	Mestra	8
20	Ricardo Luiz da Costa Tjäder	Especialista	8
21	Domingos Benedetti Rodrigues	Doutor	16
22	Denise Girardon dos Santos	Doutora	8
23	Luís Gustavo Durigon	Doutor	8
TOTAL			184

25. RELAÇÃO DE PROFESSORES EXTERNOS E SUAS RESPECTIVAS HORAS-AULA

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TITULAÇÃO	HORAS-AULA
1	Fábio César Junges	PNPD	Doutor	12
2	Paulo Evaldo Fensterseifer	UNIJUÍ	Doutor	4
3	José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ	Doutor	4
4	Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth	UNIJUÍ	Doutor	4
5	João Martins Bertaso	URI/SANTO ANGELO	Doutor	8
6	André Copetti dos Santos	URI/SANTO ANGELO	Doutor	8
7	Doglas Cesar Lucas	UNIJUÍ	Doutor	8
8	Luiz Henrique Cademartori	UFSC	Doutor	8
9	Daniel Rubens Cenci	UNIJUÍ	Doutor	8
10	Vinicius de Melo Lima	ULBRA	Doutor	4
11	Newton Cesar Pilau	UNIVALI	Doutor	8
12	Luiz Gustavo Steinbrenner	UNIJUÍ	Mestre	8
13	Rosângela Angelin	URI/SANTO ANGELO	Doutora	8

14	Adalberto Hommerding	URI/SANTO ÂNGELO	Doutor	8
15	Rogério López Zilio	PUCRS	Mestre	8
TOTAL				108

Estima-se que o custo da hora-aula para os professores doutores externos seja de R\$ 100,00 (cem reais).

26. ORIGEM DOS PROFESSORES EXTERNOS (HAVERÁ CUSTOS COM PASSAGENS, HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO)

Nº	NOME	ORIGEM
1	Prof. Dr. Fábio César Junges	SANTO ÂNGELO-RS
2	Prof. Dr. Paulo Evaldo Fensterseifer	IJUÍ-RS
3	Prof. Dr. José Pedro Boufleuer	IJUÍ-RS
4	Prof. Dr. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth	IJUÍ-RS
5	Prof. Dr. João Martins Bertaso	SANTO ANGELO-RS
6	Prof. Dr. André Copetti dos Santos	SANTO ANGELO-RS
7	Prof. Dr. Doglas Cesar Lucas	IJUÍ-RS
8	Prof. Dr. Luiz Henrique Cademartori	FLORIANÓPOLIS-RS
9	Prof. Me. Rogério López Zilio	PORTO ALEGRE-RS
10	Profa. Dra. Rosângela Angelin	SANTO ÂNGELO-RS
11	Prof. Dr. Daniel Rubens Cenci	IJUÍ-RS
12	Prof. Dr. Vinicius de Melo Lima	TORRES-RS
13	Prof. Dr. Newton Cesar Pilau	ITAJAÍ-SC
14	Prof. Dr. Adalberto Hommerding	SANTA ROSA-RS
15	Prof. Me. Luiz Gustavo Steinbrenner	SANTO ÂNGELO-RS

27. ORÇAMENTO

Para a aula inaugural do Curso:

- 01 hospedagem (para o palestrante da aula inaugural)
- Transporte (YYY - Cruz Alta/ Cruz Alta - YYY)
- 06 jantas
- Coquetel para 30 pessoas (salgadinhos e docinhos, café, chá, água, sucos e refrigerantes)



- Pastilhas do Curso com o logo da Unicruz para cada aluno matriculado, com caneta, e também para ser dado ao palestrante.

Para o Curso:

- Para cada aula: café, chimarrão, bolachas e balas.

Para a divulgação:

- Página da Unicruz
- TV Unicruz
- Convite a todos os egressos e acadêmicos do nono e décimo semestre do Curso de Direito
- Parceria com a OAB para a divulgação aos advogados da região
- Divulgação na TV aberta, jornal e rádios